COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998

Balanço Patrimonial — CENTRO DE REABILITAÇÃO "LUCY MONTORO" SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA.

Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30 de Abril de 2022.

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Centro de Reabilitação Lucy Montoro São José dos Campos CNPJ: 61.699.567/0036-12

Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento Da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: SPDM – Centro de Reabilitação Lucy Montoro de São José dos Campos. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emítidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de



		São Paulo, 28	de Fevereiro de 2022. Prof. Dr. Ronaldo Ran Pr cícios encerrados em 31 de Dezembro 202 º	nos Laranjeira -	 Diretor-Presid 	
Ativo	2021		Passivo	2021	2020	Exercícios
Ativo Circulante		6.446.831,56	Passivo Circulante		6.446.831,56	Descrição
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.053.526,27	1.009.749,72	Fornecedores	37.046,69	16.732,74	(=) Receita Br
Bancos conta movimento Saúde (nota 3.1) 1.523,73	640,75	Fornecedores – Saúde (nota 3.11)	37.046,69	16.732,74	Prestados Co
Aplicações Financeiras – Saúde (nota 3.2)	1.052.002,54		Serviços de Terceiros	133.497,06	79.853,09	(+) Serviços -
Cliente e Outros Recebíveis Saúde	8.161.403,54	5.292.138,86	Serviços de Terceiros P. Jurídica – Saúde	133.437,00	19.000,09	Secretaria de S
Clientes	8.094.368,67	5.249.833,28		122 407 06	79.853,09	Isenção usufru
Secr. Saúde do Est. S. Paulo - CR Lucy			(nota 3.12)	133.497,06	,	Trabalhos Volu
Montoro (nota 3.3.2)	7.959.840,00	4.643.240,00	Serviços Próprios	1.001.285,88	996.470,11	(+) Outras Rec
Valores em Negociação Contrato – Saúde			Salários a pagar – Saúde (nota 3.13)	302.318,44	303.172,40	Estrutura SPDI
(nota 3.3.3)	134.528,67	606.593,28	Contribuições a recolher – Saúde (nota 3.14)	,	75.793,32	(=) Receita Lic
Outros Créditos	67.034,87	42.305,58	Provisão de férias - Saúde (nota 3.15)	482.964,60	487.094,02	(+) Outras Rec Receitas Gerai
Adiantamentos e outros créditos – Saúde			Provisão de FGTS sobre férias - Saúde	38.562,16	38.953,25	Descontos Red
(nota 3.4)	67.034,87	42.305,58	Impostos a recolher – Saúde (nota 3.16)	94.262,24	90.691,73	(=) Receita Lic
Despesas Pagas Antecipadamente	1.552,41	1.511,03	Benefícios	500,42	765,39	(-) Custos dos
Despesas Antecipadas -Saúde (nota 3.7)	1.552,41	1.511,03	Tributos	9.516,85	9.497,62	com Restriçã
Estoques (nota 3.5)	173.621,85	143.431,95	Obrigações Tributárias - Saúde (nota 3.17)	9.516,85	9.497,62	(-) Serviços co
Materiais utilizados no setor de nutrição - S	Saude 6.184,41	5.868,48	Conta a Pagar / Valores de Terceiros	8.208.757,59	5.344.278,00	(-) Pessoal Se
Materiais utilizados no setor de	47 024 02	4 500 44	Convênios/Contratos públicos a realizar			(-) Serviços de
farmácia - Saúde Materiais de almoxarifado - Saúde	17.031,03 150.406.41	4.568,44 132.995.03	- Saúde (nota 3.20)	8.195.338.94	5.329.973,92	(-) Custos cor
	28.920.066,20	510.249,05	Serviços de Terceiros P. Física – Saúde			com Restriçã
Ativo não Circulante	28.522.760.00	0 0.249	(nota 3.12)	1.217,49	2.029,15	(-) Medicament
Ativo Realizável a Longo Prazo Valores a receber – Saúde (nota 3.8)	28.522.760,00	0	Outras contas a pagar – Saúde (nota 3.19)	6.805,43	7.317,61	(-) Gratuidade:
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros	20.322.700,00	U	Estrutura SPDM - Saúde	5.395,73	4.957,32	(-) Isenção usu
(nota 3.9)	1.784.054,33	1.764.297,13	Passivo não Circulante	28.920.066,20	510.249,05	(-) Outros Cust
Imobilizado - Bens de Terceiros -Saúde	1.784.054,33	1.764.297,13		,		(-) Despesas C
Ajuste Vida Útil Econômica Bens	1.704.004,00	1.704.207,10	Imobilizado - Bens de terceiros - Saúde	1.797.254,33	1.777.497,13	(-) Serviços co
Terceiros (nota 3.9.1)	(1.386.748,13)	(1 254 048 08)	Ajust. vida útil econômica - Bens de	(4.000.040.40)	(4.007.040.00)	(-) Pessoal Ser
Ajuste Vida Útil Econômica Bens	(1.000.140,10)	(1.204.040,00)	terceiros - Saúde	(1.399.948,13)	(1.267.248,08)	(-) Serviços de
Terceiros - Saúde	(1.386.748,13)	(1.254.048.08)	Convênios/Contratos Públicos a		_	(-) Trabalhos V
Ativo Intangível	0	0	realizar -Saúde (nota 3.20)	28.522.760,00	0	(-) Despesas o
Intangível de Terceiros – Saúde (nota 3.10	13.200,00	13.200,00	Total do Passivo	38.310.170,27	6.957.080,61	com Restriçã
Ajuste Vida Útil Econômica Intangív		,	Patrimônio Líquido (nota 5)	0	0	(-) Medicament
Terceiros (nota 3.9.1)	(13.200,00)	(13.200,00)	Resultado no período - Superávit / Déficit			(-) Tributos co
Ajuste Vida Útil Econôm. Intangível	(, ,	(, ,	– Saúde	0	0	(-) Impostos Ta
Terceiros – Saúde	(13.200,00)	(13.200,00)	Total do Passivo e do			(-) Gratuidade
Total do Ativo	38.310.170,27	6.957.080,61	Patrimônio Líquido	38.310.170,27	6.957.080,61	(-) Isenção usu
Comparativo das Demonstraçõe	es dos Fluxos de	Caixa	Comparativo da Demonstração	do Valor Adicio	nado	(-) Outros Des
Exercícios encerrados em 31 de Deze			Exercícios encerrados em 31 de Dezen			com Restriçã
Descrição	dez/21	dez/20	Descrição	dez/21	dez/20	(-) Financeiras
Fluxos de caixa das atividades			1 - Receitas	10.133.394,35	9.858.115,88	(-) Despesas d
operacionais			1.1) Prestação de serviços		8.122.744,86	(-) Estrutura SF
Superávit /Déficit do exercício/período	0	0	1.4) Isenção usufruída sobre contribuições	1.724.464,44	1.735.371,02	(=) Superávit/I
Ajustes p/ conciliar o resultado às			2 - Insumos adquiridos de Terceiros			c/ Restrições
disponibilidades geradas pelas			(inclui ICMS e IPI)	2.216.541,79	1.919.078,26	valor da aplica
atividades operacionais			2.1) Custo das mercadorias utilizadas			dos até a data
(Aumento) Redução em contas a receber		4.008.760,00	nas prestações	528.201,46	649.918,93	ções são refere
	(28.547.489,29)	6.830.672,81				se encontram
(Aumento) Redução de despesas			de terceiros e outro		1.176.009,30	rendimento rev
antecipadas	(41,38)		2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	19.757,20	10.260,03	
(Aumento) Redução em estoques	(30.189,90)		2.4) Outros	84.362,16	82.890,00	Instituição
Aumento (Redução) em fornecedores	73.957,92	(171.577,81)	3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	7.916.852,56	7.939.037,62	
Aumento (Redução) nas doações			5 - valor adicionado líquido produzido			Banco do Brasi
e subvenções/Contratos de gestão	31.388.125,02 (10.257.360,80)	pela entidade (3-4)	7.916.852,56	7.939.037,62	
Aumento (Redução) em contas a	2 040 57	(4.047.45)	6 - Valor Adicionado Recebido	457.67	400	(*) a instituição

Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa 43.776,55 Saldo inicial de Caixa e equivalente Saldo final de Caixa e equivalente 1.009.749,72 449.028.65 1.053.526,27 1.009.749,72 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

pagar e provisões

de investimentos

Caixa líquido consumido pelas

Fluxos de caixa das atividades

(-) Adição de Bens de Terceiros

Caixa líquido consumido pelas

atividades de investimentos

Fluxos de caixa das atividades de financiamento

atividades operacionais

Aumento (Redução) de Bens de Terceiros

3.949.57

(112.942,85)

(69.166,30)

112.942,85

112.942,85

(4.317,15)

429.163,74

131.557,33

131.557,33

(131.557,33)

em 31 de Dezembro de 2.021 e 2.020 Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras - A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina é uma Associação civil sem fins lue municipal, respectivamente pelos decretos nos. 57.925, de 04/03/1966, e revogado pelo decreto 27/05/1992, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma revogado pelo decreto 27/05/1992, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma revogado pelo decreto 27/05/1992, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma revogado pelo decreto 27/05/1992, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma revogado pelo decreto 27/05/1992, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma revogado pelo decreto 27/05/1992, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma revogado pelo decreto 27/05/1992, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma revogado pelo decreto 27/05/1992, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma revogado pelo decreto 27/05/1992, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma revogado pelo decreto 27/05/1992, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma revogado pelo decreto 27/05/1992, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma revogado pelo decreto 27/05/1992, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma revogado pelo decreto 27/05/1992, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma revogado pelo decreto 27/05/1992, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma revogado pelo decreto 27/05/1992, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma revogado pelo decreto 27/05/1992, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma revogado pelo decreto 27/05/1992, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma revogado pelo decreto 27/05/1992, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma revogado pelo decreto 27/05/1992, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma revogado pelo decreto 27/05/1992, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma revogado pelo decreto 27/05/1992, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma revogado pelo decreto 27/05/1992, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma revogado pelo decreto 27/05/1992, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma revogado pelo decreto 27/05/1992, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma revogado pelo decreto 27/05/1992, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma revogado pelo decreto 27/05/1992, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma revogado pelo decreto 27/05/1992, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma revogado pelo decreto 27/05/1992, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma revogado pelo decreto 27/05/1962. A SPDM ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e trata da contabilização e divulgação de subvenção governamental; e ITG na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM atua em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 e na Lei Complementar 187, de 16 dezembro de 2021. Características da Unidade Gerenciada - O Centro de Reabilitação Lucy Montoro tem adotados pela entidade para a escrituração contábil de seus fatos patrimocomo objetivo promover a redução da incidência de deficiência no País e niais, por meio de qualquer processo, bem como a guarda e a manutenção garantir á atenção integral a está população, a partir de mecanismos para a da documentação e de arquivos contábeis e a responsabilidade do profisorganização e implantação de Redes de Assistência à Pessoa com Deficisional da contabilidade; e CTG 2001 (R3) que define as formalidade da es-ências Físicas Incapacitantes, Motoras e Sensório-Motoras. A proposta do crituração contábil em forma digital para fins de atendimento ao Sistema CRLM SJC é gerar condições das pessoas com deficiência física serem inPúblico de Escrituração Digital (SPED). A entidade apresenta seus docucluídas na sociedade a partir do desenvolvimento de suas habilidades e
mentos e livros contábeis em conformidade com a Instrução Normativa RFB potencialidades. Oferece tratamento interdisciplinar de alta e média comple- nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que exige a apresentação de Escrituraxidade para pessoas com grandes incapacidades, como lesão medular, cão Contábil Digital (ECD) para as pessoas iurídicas imunes e isentas. inamputações, sequelas físicas e cognitivas de traumatismo cranioencefálico, paralisia cerebral e lesão encefálica adquirida com disfunção ou interrupção dos movimentos de membros (superiores, inferiores ou ambos) com severa restrição de mobilidade e patologias infantis incapacitantes e doenças degenerativas. A unidade de São José dos Campos é gerenciada pela Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - SPDM, desde sua inauguração, em 17 de setembro de 2011, convocada pela Resolução SS-54, de 21-06-2016. O contrato de gestão, processo 001.0500.000.029/2011, foi assinado em 18/08/2011 e encerrou-se em 18/08/2016. O segundo contrato de gestão, processo 001.0500.000.016/2016 iniciou-se em 19/08/2016 e contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acataencerrou-se no dia 31/07/2021. Em 2021 após concorrência pública foi celebrado um novo contrato, processo SES-PRC-2021/22485 assinado em da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Lioffilos/2021 com vigência de 5 anos, este possui um valor global estimado vros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais de **R\$ 39.799.200.00** (Trinta e Nove Milhões, Setecentos e Noventa e Nove relevantes conforme estabelece a ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de R\$ 39.799.200,00 (Trinta e Nove Milhões, Setecentos e Noventa e Nove Mil e Duzentos Reais). Em dezembro de 2021 foi firmado um termo de aditamento ao contrato que tem por objetivo a realização do Projeto Especial sitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas "Corujão das OPMs" no valor **R\$ 427.507,08** (Quatrocentos e Vinte Sete Mil, consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e Quinhentos e Sete Reais e Oito Centavos). Sendo repassados no ano de 2021 os valores relativos ao Termo Aditivo 01/2021 do Processo 001.0500.000.016/2016 de **R\$ 4.643.240,00** (Quatro Milhões, Seiscentos e Quarenta e Três Mil, Duzentos e Quarenta Reais) e os valores relativos ao Termo Aditivo 01/2021 do Contrato de Gestão SES-PRC-2021/22485 R\$ 3.744.107,08 (Três Milhões, Setecentos e Quarenta e Quatro Mil, Cento e Sete Reais e Oito Centavos). Em 2021, as principais atividades desenvolvidas na unidade gerenciada foram: reabilitação e dispensação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção. 1 - Imunidade Tributária - A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. **1.1 - Isenção Tributária e** característica da isenção - A SPDM também se enquadra no conceito de

	le Fevereiro de 2022. Prof. Dr. Ronaldo Ran cícios encerrados em 31 de Dezembro 202		
)	Passivo	2021	2020
;	Passivo Circulante	9.390.104,07	6.446.831,56
2	Fornecedores	37.046,69	16.732,74
5	Fornecedores – Saúde (nota 3.11)	37.046,69	16.732,74
	Serviços de Terceiros	133.497,06	79.853,09
,	Serviços de Terceiros P. Jurídica – Saúde	,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,	,
5	(nota 3.12)	133.497,06	79.853,09
١	Serviços Próprios	1.001.285,88	996.470,11
,	Salários a pagar – Saúde (nota 3.13)	302.318,44	303.172,40
ł	Contribuições a recolher – Saúde (nota 3.14)	82.678,02	75.793,32
ì	Provisão de férias - Saúde (nota 3.15)	482.964,60	487.094,02
	Provisão de FGTS sobre férias - Saúde	38.562,16	38.953,25
3	Impostos a recolher – Saúde (nota 3.16)	94.262.24	90.691,73
3	Benefícios	500,42	765,39
3	Tributos	9.516,85	9.497,62
5	Obrigações Tributárias – Saúde (nota 3.17)	9.516,85	9.497,62
3	Conta a Pagar / Valores de Terceiros	8.208.757,59	5.344.278,00
	Convênios/Contratos públicos a realizar	0.200.737,33	3.344.270,00
ŀ	- Saúde (nota 3.20)	8.195.338,94	5.329.973,92
3	Serviços de Terceiros P. Física – Saúde	0.195.550,94	3.329.913,92
)	(nota 3.12)	1.217,49	2.029,15
)	Outras contas a pagar – Saúde (nota 3.19)	,	7.317,61
,	Estrutura SPDM - Saúde	6.805,43 5.395,73	4.957,32
ŀ	Passivo não Circulante	28.920.066,20	510.249,05
`	Imobilizado - Bens de terceiros - Saúde	,	
,	Ajust. vida útil econômica - Bens de	1.797.254,33	1.777.497,13
)	terceiros - Saúde	(1 200 040 12)	(1 267 249 00)
'	Convênios/Contratos Públicos a	(1.399.948,13)	(1.207.240,00)
)		20 522 760 00	•
)	realizar -Saúde (nota 3.20)	28.522.760,00	0
)	Total do Passivo	38.310.170,27	6.957.080,61
	Patrimônio Líquido (nota 5)	0	0
)	Resultado no período - Superávit / Déficit	0	0
	- Saúde	0	0
)	Total do Passivo e do	00 040 470 07	0.057.000.04
	Patrimônio Líquido Comparativo da Demonstração	38.310.170,27	
	Exercícios encerrados em 31 de Dezen		
)	Descrição	dez/21	dez/20
•	1 - Receitas	10.133.394,35	
	1.1) Prestação de serviços	8.408.929,91	
)	1.4) Isenção usufruída sobre contribuições	1.724.464,44	
	2 - Insumos adquiridos de Terceiros		
	(inclui ICMS e IPI)	2.216.541,79	1.919.078,26
	2.1) Custo das mercadorias utilizadas		
)	nas prestações	528.201,46	649.918,93
ı	2.2) Materiais, energia, serviços	4 504 000 07	4 470 000 00
	de terceiros e outro	1.584.220,97	1.176.009,30

Valor Adicionado Total (5+6)

8.2) Impostos, taxas e contribuições

8.5) Isenção usufruída sobre contribuições

8 - Distribuição do Valor Adiciónado

em Transferência

6.1) Receitas financeiras

8.1) Pessoal e encargos

8.4) Aluguéis

457,67

457.67

7.917.310,23

6.031.553.66

28.713,51

132.578.62

1.724.464,44

7.917.310,23 7.939.217,62

7.939.217,62

6.088.121,58

1.735.371,02

1.967,85

113.757.17

180

rante na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com o artigo 1º da Lei nº 12.101/09 alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto nº 8.242/2014 e o que dispõe a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021. 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Na elaboração das demonstrações financeiras de 2021, a Entidade observou as principais alterações trazidas pela Lei nº 11.638/2007, Medida Provisória nº 449/2008 e Lei nº 11.941/09 que promoveram modificações quanto à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis individuais, antes previstas na Lei nº 6.404/76, que agora passam a ser observadas não apenas pelas sociedades por ações, mas também as empresas de grande porte. A SPDM elaborou suas demonstrações financeiras em observância as melhores práticas contábeis adotadas e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transacões e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. 2.1 – Formalidade da Escrituração Contábil – ITG 2000 (R1) e CTG 2001 (R3) - As demonstrações contábeis individuais da SPDM foram elaboradas em conformidade com a Norma Contábil ITG 2000 (R1), que estabelece critérios e procedimentos a serem cluindo livro diário, livro razão, balancetes diários e balanços, assinados digitalmente com certificado digital, a fim de garantir a autoria, autenticidade, integridade e validade jurídica do documento digital. 2.2 - Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada - SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Centro de Reabilitação Lucy Montoro de São José dos Campos - R. Saigiro Nakamura, 600 - Vila Industrial - São José dos Campos - SP - CEP 12220-280 - CNPJ nº 61.699.567/0036-12. 3 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações. Em todas as suas unidades os registros das todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados guando de Lucros e suas alterações. O plano de contas adotado atende aos requisistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. 3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa - Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e de-pósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata

31.12.2021	31.12.2020
	0
1.523,73	640,75
1.052.002,54	1.009.108,97
1.053.526,27	1.009.749,72
	1.523,73 1.052.002,54

isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por tratar-se de instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, com atuação preponde3.2 - Aplicações Financeiras - As aplicações estão demonstradas pelo

ente da SPDM.		
Comparativo das Demonstrações dos		
Exercícios encerrados em 31 de Dezen		
<u>Descrição</u>	2021	2020
(=) Receita Bruta de Serviços		
Prestados Com Restrições	10.133.394,35	9.858.115,88
(+) Serviços - Saúde	10.077.012,22	9.803.181,31
Secretaria de Saúde do Estado	8.350.638,92	8.065.892,20
Isenção usufruída (nota 9)	1.724.464,44	1.735.371,02
Trabalhos Voluntários (nota 10)	1.908,86	1.918,09
(+) Outras Receitas com Restrições	56.382,13	54.934,57
Estrutura SPDM	56.382,13	54.934,57
(=) Receita Liquida com Restrições	10.133.394,35	9.858.115,88
(+) Outras Receitas com Restrições	457,67	180
Receitas Gerais – Saúde	457,67	180
Descontos Recebidos	457,67	180
(=) Receita Liquida com Restrições	10.133.852,02	9.858.295,88
(-) Custos dos Serviços Prestados		
com Restrições	4.784.445,78	5.126.496,13
(-) Serviços com Restrições	3.401.064,37	3.595.593,57
(-) Pessoal Serviços Próprios	3.249.352,36	3.460.100,93
(-) Serviços de Terceiros	151.712,01	135.492,64
(-) Custos com Mercadorias		
com Restrições	528.201,46	649.918,93
(-) Medicamentos e Materiais	528.201,46	649.918,93
(-) Gratuidades com Restrições	855.179,95	880.983,63
(-) Isenção usufruída (nota 9)	855.179,95	880.983,63
(-) Outros Custos	0	C
(-) Despesas Operacionais com Restriçõe	s 5.349.406,24	4.731.799,75
(-) Serviços com Restrições	4.262.662,99	3.709.043,90
(-) Pessoal Serviços Próprios	2.780.292,44	2.626.102,56
(-) Serviços de Terceiros	1.480.461,69	1.081.023,25
(-) Trabalhos Voluntários (nota 10)	1.908,86	1.918,09
(-) Despesas com Mercadorias		
com Restrições	84.625,89	73.250,58
(-) Medicamentos e Materiais	84.625,89	73.250,58
(-) Tributos com Restrições	28.713,51	1.967,85
(-) Impostos Taxas e Contrib	28.713,51	1.967,85
(-) Gratuidades com Restrições	869.284,49	854.387,39
(-) Isenção usufruída (nota 9)	869.284,49	854.387,39
(-) Outros Despesas Operacionais		
com Restrições	104.119,36	93.150,03
(-) Financeiras	27.980,03	27.955,43
(-) Despesas de Bens Permanentes	19.757,20	10.260,03
(-) Estrutura SPDM	56.382,13	54.934,57
(=) Superávit/Déficit do Exercício		
c/ Restrições	0	C

valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores se encontram aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

	Tipo de			
Instituição	Aplicação	Taxa %	31/12/2021	31/12/2020
Banco do Brasil	CDB	Taxa PCT: 92% CDI	1.052.002,54	1.009.108,97
Banco do Brasil	Poupança	Taxa 7,56% a.a	0,00	0,00
Total			1.052.002.54	1.009.108.97

(*) a instituição mantém esforços para operar com as melhores taxas disponíveis na instituição financeira.

3.2.1 - Rendimentos sobre Aplicação Financeira – Receitas Financeiras com Restrição - Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos à Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamental. Em 2021 tais valores representam o montante de **R\$ 40.503,60** (Quarenta Mil, Quinhentos e três Reais e Sessenta Centavos). **3.3 - Contas** à Receber - A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme a NBC TG 07 R2 - Subvenção e Assistência Governamentais e conforme a ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. 3.3.1 - Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos - São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à NBC TG 07 (R2) na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2021, a Associação recebeu Assistências Governamentais Estaduais conforme quadro abaixo:

4.643.240,00 Contrato 001 0500 000 016/2016 TA 01/2021 RC-2021/22485 T.A 01/2021 8 387 347 08

3.3.2 - Valores a Receber - Curto Prazo - Os valores registrados nesta conta em 2021 representam valores a receber de curto prazo, relativos ao Contrato de Gestão nº 001.0500.000.016/2016 e ao Contrato de Gestão SES-PRC-2021/22485, proveniente da Secretaria de Estado da Saúde, totalizaram R\$ 7.959.840,00 (Sete Milhões, Novecentos e Cinquenta e Nove Mil, Oitocentos e Quarenta Reais). **3.3.3 Valores em Negociação Contrato** / **Convênio** - Por conta da adoção na Norma NBC – ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucros, os valores a receber e a realizar provenientes dos contratos de gestão ou convênios são registrados em contas de ativo e passivos correspondentes. Os resultados provenientes da aplicação desses recursos são totalmente revertidos em despesas, e consequentemente, tais despesas decorrente dos serviços de saúde podem exceder o orçamento inicial, de modo que o deseguilíbrio econômico da unidade gerenciada seja reconhecido em conta de ativo para melhor evidenciação contábil. A instituição avalia anualmente a expectativa de recuperação de tais valores, considerando a necessidade de repactuar o plano de trabalho da unidade gerenciada, de modo a considerar possíveis baixas ou amortizações decorrentes do resultado deficitário desses projetos. O saldo a receber desta conta em 31.12.2021 e de R\$ 134.528,67 (Cento e Trinta e Quatro Mil, Quinhentos e Vinte e Oito Reais e Sessenta e Sete Centavos). 3.4 - Outros Créditos -São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição. 3.4.1 - Antecipações de Férias - A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação Trabalhista (CLT), em seus artigos: Art. 145 - O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido. No Art. 143 - serão efetuados até 2 (dois) días antes do início do respectivo período. 3.5- Estoques - Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares de conservação e consumo higiene, gêneros alimentícios e materiais de terceiros até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2021 é de **R\$ 173.621,85**.



Continuação Tipos	Valores em Reais 31.12.2021 31.12.2020 3.746,80 2.312,76 17.031,03 4.568,44 152.844,02 136.550,75 0,00 0,00	
· -	31.12.2021	31.12.2020
Materiais utilizados no setor de Nutrição	3.746,80	2.312,76
Materiais utilizados no setor de Farmácia	17.031,03	4.568,44
Materiais de Almoxarifado	152.844,02	136.550,75
Materiais de Terceiros	0,00	0,00
Total	173.621,85	143.431,95

3.6-ESTIMATIVAS DE RESCISÃO CONTRATUAL Em 31 de dezembro de 2020 a Instituição entendeu por bem que não caberia constituir Estimativa de Rescisão Contratual, em virtude da Cláusula nº 10 do Contrato de Gestão SES-PRC-2021/22485 prever que, os custos relativos à dispensa com pessoal serão arcados pelo órgão público contratante, não cabendo mais realizar tal provisionamento. 3.7- Despesas Pagas Antecipadamente Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efe-

Total Imobilizado - Terceiros

tua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura venção e Assistência Governamentais, no que se refere ao reconhecimento de eventuais sinistros, e as sim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso, o saldo no exercício de 2021 é de **R\$1.552,41. 3.8– Valores a Receber (Ativo Não** Circulante) Os valores registrados nesta conta em 2021 representam valo res a receber de longo prazo, relativos ao contrato de gestão nº SES--PRC-2021/22485 proveniente da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, totalizaram **R\$ 28.522.760,00. 3.9-Imobilizado – Bens de Terceiros** O imobilizado do CENTRO DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS é composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão para os quais a instituição aguarda o termo de permissão de uso fornecido pela SES. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

Demonstrativo da movimentaç	ão de Bens do Ativo Imobilizado	em 2021		
Descrição	Posição em 31/12/2020	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2021
Imobilizado-Bens de Terceiros	1.777.497,13	20.503,40	746,2	1.797.254,33
Bens Móveis	1.764.297,13	20.503,40	746,2	1.784.054,33
Apar. Equip. Utens. Med. Odont. Lab.	877.479,63	2.015,00	0	879.494,63
Equip. Processamento de Dados	161.234,61	2.271,20	0	163.505,81
Mobiliário em Geral	504.434,48	11.531,20	746,2	515.219,48
Máq. Utens e Equip.Diversos.	173.869,31	4.686,00	0	178.555,31
Apar e Equip. Comunicação	47.279,10	-	0	47.279,10
Intangível Bens de Terceiros	13.200,00	-	0	13.200,00
Software	13.200.00		0	13.200.00

1.777.497,13 20.503,40

Demonstrativo da Movimentação dos Ajustes de Vida Útil dos Bens de Terceiros em 2021	
--	--

	Posição em	Transferência		Posição em	Taxas anuais
	31/12/2020	Baixa	Ajustes vida útil	31/12/2021	médias Ajustes %
Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros	(1.267.248,08)	2.848,79	(135.548,84)	(1.399.948,13)	<u> </u>
Bens Móveis	(1.254.048,08)	2.848,79	(135.548,84)	(1.386.748,13)	10
Apar Equip Utens Med. Odont. Lab.	(522.927,75)	535,95	(64.275,86)	(586.667,66)	10
Equip. Processamento de Dados	(152.768,43)	24,79	(3.397,05)	(156.140,69)	20
Mobiliário em Geral	(423.395,44)	2.079,39	(46.017,51)	(467.333,56)	10
Máq. Utens e Equip Diversos	(118.419,93)	188,74	(17.273,54)	(135.504,73)	10
Apar e Equip Comunicação	(36.536,53)	19,92	(4.584,88)	(41.101,49)	10
Intangíveis	(13.200,00)	0	Ò	(13.200,00)	20
Software	(13.200,00)	0	0	(13.200,00)	20
Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros	(1.267.248,08)	2.848,79	(135.548,84)	(1.399.948,13)	
0.0.4 Atmata de Mide Útil Francisco - Dema Más	A :	_ ~ _			d

3.9.1 Ajuste de Vida Útil Econômica - Bens Móveis - A instituição efetua não é suficiente para dar base ao reconhecimento do ganho contingente, o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do uma vez que esta não assegura uma decisão final favorável à instituição. contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.9 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado. 3.10 - Ativo Intangível - São aqueles que não tem existência física, trata-se de um desmembramento do ativo Imobilizado, que a partir da vigência da Lei 11.638/2007, passa a contas apenas com os bens corpóreos de uso permanente. 3.11 – Fornecedores - As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. 3.12 - Serviços de Terceiros PF/PJ - Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros, pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionada a contratos de prestação de serviços médicos e não médicos, tais como: serviços prestados de utilidade pública, assessoria técnica e jurídica, portaria, segurança e limpeza. **3.13 – Salários a Pagar -** De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.14 – Contribuições a Recolher -** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS e FGTS. 3.15 - Provisão de Férias e Encargos - Os valores dessa conta representam as provisões de férias e seus respectivos encargos (FGTS) com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. 3.16 - Impostos a Recolher - Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF sobre serviços pessoais próprio em regime CLT. 3.17 - Obrigações Tributárias - Constituem as obrigações de IRRF, INSS, ISS e PIS/ COFINS/CSLL, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o montante a pagar em 2021 referentes aos impostos citados acima foi R\$ 9.516,85 (Nove Mil, Quinhentos e Dezesseis Reais e oitenta e Cinco Centavos). 3.18- Estimativas Contábeis - A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.19 – Outras contas a pagar -** Os valores evidenciados em outras contas a pagar, referem-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição, ou ainda, aqueles valores não usuais a atividade principal da Instituição. 3.20 - Convênios/Contratos Públicos a Realizar (Circulante e Não Circulante) - De acordo com a NBC TG 07 R2 - Subvenção E Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros. Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em curto prazo em 31.12.2021 representa R\$ 8.195.338,94 (Oito Milhões, Cento e Noventa e Cinco Mil, Trezentos e Trinta e Oito Reais e Noventa e Quatro Centavos) e a realizar em longo prazo representa **R\$ 28.522.760,00** (Vinte e Oito Milhões, Quinhentos e Vinte e Dois Mil, Setecentos e Sessenta Reais). 3.21 - Contingências Ativas e Passivas - Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na NBC TG 25 (R1) - Provisões, Passivos Contingentes E Ativos Contingentes. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seia remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuia probabilidade de uma saída de recursos é remota. 3.21.1 - Contingências Passivas - Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, as unidades da SPDM por vezes são acionadas em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórias, quanto processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Para processos onde a possibilidade de perda em que era tida como "provável", foi constituída a provisão nas contas de passivo. Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2021, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a **R\$ 1.366,69** (Um Mil, Trezentos e Sessenta e Seis Reais e Sessenta e Nove Centavos). Em atendimento ao Princípio do Conservadorismo (Prudência) as contingências ativas não devem ser contabilizadas enquanto não estiver efetivamente assegurada a sua obtenção em decisão final para a qual não caibam mais quaisquer

4 - Origem e Aplicação dos Recursos - As receitas, inclusive as doações subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. 4.1 - Das Receitas Operacionais de Acordo Com NBC TG 07(R2) Item 12 - As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R2) Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no Atendimento Reabilitação - Total reconhecimento de contratos ou convênios. As receitas operacionais da Entidade são constituídas pelo regime de competência e de acordo com as normas da NBC TG 07 R2, onde os valores reconhecidos das receitas são confrontados com as despesas correspondentes. 4.2 – Custos e Despesas Operacionais - Os custos e despesas operacionais estão relacionados aos setores produtivos da instituição e foram classificados levando em consideração a estrutura do sistema de custos da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta Outros (Cadeira de banho, Palmilha, Tira,etc fornecidas) estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. 5. Patrimônio Líquido - Oficinas Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Grupo - Atividade Educativa Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em Pacientes Atendidos - Atividade Educativa notas explicativas dos anos anteriores a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelece a norma NBC TG 07 (R2) – Sub-Dados extraídos do DATASUS, em 22/02/2022

8 - Relatório de Execução do Contrato de Gestão Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2021

ções e nos atendimentos ambulatoriais realizados. Podendo ainda (§ 3º para fins do disposto no § 2º deste artigo), no conjunto de estabelecimentos de saúde da pessoa jurídica, poderá ser incorporado estabelecimento vinculado em decorrência de contrato de gestão, no limite de 10% (dez por cento) dos seus serviços. A entidade de saúde, deverá informar obrigatoriamente, na forma estabelecida em regulamento (Artigo 10º): I - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes não usuários do SUS; e II - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes usuários do SUS. A Unidade Gerenciada, apresentou em 2021 nesta unidade a seguinte Produção - 2021 Linha de Atendimento SUS 30.392 Consulta médica 3.823 12.380 Consulta não médica Terapia/sessão - não médica 14.189 207 Proced. Médicos - Acompanhamento (Reabilitação) Dispensação OPM - Total 1.668 Órteses fornecidas 943 Próteses fornecidas 359 359 18

dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios

públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido

atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece a Norma ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, que

enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a

contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima re-

lacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da

Mutação do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimô-

nio Líquido nos períodos de 2020 e 2021 respectivamente. 6 - Resultado

Operacional - Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção

governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a

apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa "zero". A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composto de Receitas obtidas através dos contratos e

convênios públicos na ordem de R\$ 8.387.347,08 (Oito Milhões, Trezentos

e Oitenta e Sete Mil. Trezentos e Quarenta e Sete Reais e Oito Centavos):

acrescidos de Outras Receitas no valor de R\$ 40.961,27 (Quarenta Mil,

Novecentos e Sessenta e Um Reais, Vinte e Sete Centavos); e deduzidas das Despesas e Custos Operacionais na ordem de **R\$ 8.407.478,72** (Oito

Milhões, Quatrocentos e Sete Mil, Quatrocentos e Setenta e Oito Reais, Setenta e Dois Centavos) encerrando o exercício com um resultado supera-

vitário no valor de **R\$ 20.829.63** (Vinte Mil, Oitocentos e Vinte e Nove Reais, Sessenta e Três Centavos). 7 – Das Disposições da Lei 12.101, Portaria 834/2016 MS e Lei Complementar 187 de 2021 - Por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada 8.242/14 e, ainda, o que está disposto na Lei Complementar 187/2021, para fazer jus a Certificação na área "predominantemente" de saúde, deverá alternativamente (Artigo 7º): I - prestar serviços ao SUS; II - prestar serviços gratuitos; III atuar na promoção à saúde; IV - ser de reconhecida excelência e realizar projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS; e ainda (Artigo 9º): I - celebrar contrato, convênio ou instrumento congênere com o gestor do SUS; e II - comprovar, anualmente, a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), com base nas interna-

		1º Sen	nestre	2º Sen	nestre	Total
Linha de Contratação	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Consulta Médica - Total	1.644	1.794	1.644	1.939	3.288	3.733
Primeira consulta - médica	204	133	204	158	408	291
Consulta subsequente - médica	1.140	1.492	1.140	1.650	2.280	3.142
Primeira consulta - médica - telemedicina	0	0	0	0	0	0
Consulta subsequente - médica - telemedicina	300	169	300	131	600	300
Atendimento não Médico Total	16.986	16.576	16.986	15.808	33.972	32.384
Consultas não médicas	3.294	5.682	3.294	5.723	6.588	11.405
Procedimentos Terapêuticos (Sessões)	11.058	10.786	11.058	10.008	22.116	20.794
Consultas não médicas - telemedicina	1.998	54	1.998	45	3.996	99
Procedimentos Terapêuticos (Sessões) - telemedicina	636	54	636	32	1.272	86
Procedimentos Médicos Total	66	133	66	105	132	238
Fornecimento de Órtese/Próteses/Meios Auxiliares - Acompanhamento	312	338	312	439	624	777
Órteses	162	265	162	313	324	578
Próteses	12	7	12	9	24	16
Meios de locomoção	138	66	138	117	276	183
Oficinas Total - Acompanhamento	18	25	18	20	36	45
Atividade Educativa/Orientação em Grupo Total - Acompanhamento	150	163	150	155	300	318
Grupo - Atividade educativa	30	46	30	49	60	95
Pacientes atendidos - Atividade educativa	120	117	120	106	240	223

1.797.254,33

SPDM - Centro de Reabilitação Lucy Montoro de São José dos Campos Relatório de Execução Orçamentária - Exercício 2021 Custeio Investimento
9.050.667,08 Receitas Repasses do Contrato / Convênio

65.551,94 Receitas Financeiras e Outras Receitas Total das Receitas 9.116.219.02 Despesas Custeio Investimento 6.077.947,63 Despesas com Pessoal Despesas com Materiais, Serviços 2.994.494,84 e Outras Despesas

9.072.442.47

Total das Despesas Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS--Saúde), deferido conforme portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 15 de Dezembro de 2020, a entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme Processo nº 25000.177286/2020-01, o qual aguarda deferimento. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício de 2021 se encontram registrados em contas específicas de receita e totalizou R\$ 1.724.464.44 (Um Milhão. Setecentos e Vinte e Quatro Mil. Quatrocentos e Sessenta e Quatro Reais e Quarenta e Quatro Centavos). Em face de a Entidade ser reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social e ter como área de atuação preponderante a da Saúde, além de atuar nas áreas de educação e assistência social, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021, em seu artigo 3º inciso VII que prevê a apresentação de demonstrações contábeis e financeiras, devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade, quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pelo inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, dentro outros requisitos. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes a INSS Patronal sobre a folha de pagamentos de serviços próprios, COFINS e PIS sobre folha de pagamentos de serviços próprios. 9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de manentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor consiempregados - Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei complementar 187/2021, a Entidade usufruiu no exercício de 2021, da isenção da cial - Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montante de recursos. Mesmo nas situações em que a probabilidade seja favorável, isto R\$ 1.418.852,88 (Um Milhão, Quatrocentos e Dezoito Mil, Oitocentos e Cin-

quenta e Dois Reais e Oitenta e Oito Centavos). Em 2020, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 1.439.694,67 (Um Milhão, Quatrocentos e Trinta e Nove Mil, Seiscentos e Noventa e Quatro Reais, Sessenta e Sete Centavos). 9.2 -Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros - A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2021 foi de R\$ 4.058,28 (Quatro Mil, Cinquenta e Oito Reais, Vinte e Oito Centavos). Tomando-se por base os recursos recebidos em 2020, esse montante foi de R\$ 2.029,16 (Dois Mil, Vinte e Nove Total das Despesas 9.072.442,47 - Reais e Dezesseis Centavos). 9.3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na Proposition de Complementar nº 187 de 16/12/2021, a Instituição teve o seu Certificado para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2021 foi de R\$ 250.519,15. 9.4 - Isenção sobre Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) - A Unidade usufruiu da isenção da Programa Integração Social (PIS) sobre a folha no ano de 2021 R\$ 51.034,13 (Cinquenta e Um Mil, Trinta e Quatro Reais e Treze Centavos). Em 2020, esse montante seria de R\$ R\$ 51.670,41 (Cinquenta e Um Mil, Seiscentos e Setenta Reais, Quarenta e Um Centavos) 10 - Trabalho Voluntário - Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participaem várias ações realizadas pela entidade. A Instituição possui ape um tipo de trabalho voluntário, sendo o trabalho dos dirigentes estatutários. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Em 2021, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 1.908,86 (Um Mil, Novecentos e Oito Reais, Oitenta e Seis Centavos). Em 2020 estes os valores apurados foram de R\$ 1.918.09 (Um Mil. Novecentos e Dezoito Reais, Nove Centavos). 11 - Seguros - Para atender medidas preventivas adotadas perderado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. 12 - Exercício Soexercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Continua

São Paulo, 31 de Dezembro de 2021.

Prodesp



Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor Presidente da SPDN

Dr. Carlos Alberto Maganha - CRM 84428

Ana Flávia dos Santos Soares - Contadora - CRC 1SP 315362

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Opinião sobre as demonstrações contábeis - Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Centro de Reabilitação Lucy Montoro São José dos Campos) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgafoi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas ternos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 01 de seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. Responsabilidades da administração pelas demons-

práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificontábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas patível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo mento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou abril de 2022. Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3. erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior - Contador CRC/RS 058.252/O-1 trações contábeis - A administração é responsável pela elaboração e ade- tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficien- CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718.

quada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as te para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção cação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relacão à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira comos responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles in-



Sua conexão com o futuro.





